



CAIXA DE FERRAMENTAS DE METODOLOGIAS DE CONCERTAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

TOOLBOX OF CONCILIATION METHODOLOGIES FOR PROFESSIONAL QUALIFICATION PROCESSES

Emília Wanda Rutkowski (Coordenação)^(*)
Alessandro Sanches Pereira^(**)
Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assís^(***)
Ernestina Gomes de Oliveira^(****)
Milena Pavan Serafim^(*****)
Rafael Costa Freiria^(*****)
Rogério Bezerra da Silva^(*****)
Sonia Gysela Hernandez Macedo^(*****)



Resumo: A proposta deste trabalho foi de construir instrumentos que possam subsidiar a intervenção qualificada de agentes/grupos sociais em espaços e temas considerados essenciais para um processo de desenvolvimento sustentável. Para alcançar este objetivo, utilizou-se da ação de dois subprojetos, um voltado para a certificação e outro para o desenvolvimento de uma “caixa de ferramentas” de metodologias de concertação para qualificação profissional. Possui como fundamentos três marcos analítico-conceituais para o desenvolvimento de ferramentas a serem utilizadas na qualificação profissional: a bacia hidrográfica, unidade base

(*) Professora Doutora da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP. *E-mail:* emilia@fec.unicamp.br.

(**) Doutorando da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo — UNICAMP. *E-mail:* asanches4@gmail.com.

(***). Doutoranda da Faculdade de Educação — UNICAMP. *E-mail:* f.spaolonzi@ig.com.br.

(****). Doutoranda da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo — UNICAMP. *E-mail:* ernestina03@hotmail.com.

(*****). Doutoranda do Instituto de Geociências — UNICAMP. *E-mail:* milenaserafim@gmail.com

(*****). Doutorando da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo — UNICAMP. *E-mail:* rafaelFreiria@com4.com.br.

(*****). Doutorando do Instituto de Geociências — UNICAMP. *E-mail:* rogerio.bezerra.silva@gmail.com.

(*****). Mestranda da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo — UNICAMP. *E-mail:* hernandezmacedo@gmail.com.



para o planejamento ambiental no Brasil; as premissas socioambientais; e o marco da Tecnologia Social.

Palavras chave: Qualificação profissional, sustentabilidade, tecnologia social e meio Ambiente.

Abstract: The purpose of this study was developing tools that can support the professional qualification processes in areas and/or topics which are considered essential for a local sustainable development. In order to achieve this goal the study based its analytical and conceptual frameworks on three keystones: the watershed basin, which is basic unit for environmental planning in Brazil; the socioenvironmental sustainability guidelines; and Social Technology strategy.

Keywords: Professional qualification processes, sustainability, social technology e environment.





O trabalho parte do reconhecimento de que as metodologias de concertação existentes no âmbito dos Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQ) não incluem a dimensão ambiental e apresentam dificuldade de reaplicação por serem desenvolvidas para atender aos objetivos específicos.

Objetivando construir uma metodologia reaplicável, foram estudadas as metodologias existentes⁽¹⁾ que atenderam aos critérios listados na Resolução n. 333/2003 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Foi realizada uma análise comparativa de 13 (treze) metodologias com objetivos semelhantes aos deste trabalho: negociação coletiva de qualificação, economia solidária, empreendedorismo (autogestão), participação popular, reconhecimento e apropriação do espaço. Nesta análise foram avaliadas as potencialidades e fragilidades dos métodos, de modo a subsidiar a dinâmica metodológica deste trabalho.

A princípio a união de potencialidades de metodologias diferenciadas com objetivos específicos diversos pode parecer um amontoado de práticas e conceitos desconexos, quando, em verdade, propicia um trabalho coletivo que considera muitas das variáveis existentes, como aponta Feriotti (2005):



O termo “colcha de retalhos” tem sido frequentemente usado como metáfora do simples ajuntamento de partes desconexas, conflitantes ou contraditórias, de modo a não resultar na construção harmônica do todo ou da unidade. No entanto, a ausência de conexão ou relação entre os retalhos não produz uma colcha. Uma colcha é um todo, constituído de retalhos conectados e costurados, de modo a garantir uma determinada forma que, por si só, terá sua identidade e sua função. Quando nos referimos a uma colcha de retalhos ressaltando apenas o aspecto da desconexão entre as partes, não estaríamos construindo a perigosa ideia de que a construção da unidade somente poderia ocorrer por meio da homogeneidade, da padronização? Essa ideia não traria em seu bojo a discriminação das diferenças e a impossibilidade de construir uma unidade por meio da convivência com a diversidade? (p. 34).



A utilização de material de qualidade já produzido, além de otimizar e contemplar a produção teórico-prática, oferece a oportunidade de inovar, sustentando-se em base conceitual-prática sólida, pois:

Inovação é a ação de mudar. Alterar as coisas, pela introdução de algo novo. Não se deve confundi-la com invenção (criação de algo que não existia) ou com descoberta (ato de encontrar o que existia e não era conhecido). A inovação consiste na aplicação de conhecimentos já existentes [...] (CASTANHO, 2000: 76)

Para tanto, a equipe multidisciplinar foi constituída. Ela não só construiu a dinâmica metodológica deste processo, como também, foi responsável pelo desenvolvimento do trabalho.

(1) Selecionadas pelo Departamento de Qualificação Profissional/MTE.

1. A QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL

A educação e a formação profissional têm assumido importância central, pois são entendidas como instrumentos eficazes de adaptação da força de trabalho às novas formas de acumulação do capital e organização do trabalho. De acordo com Segnini, “a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego” (2001, p. 73).

No Brasil, a prática da qualificação profissional na década de 1990 esteve fortemente vinculada a essa visão, sofrendo uma significativa inflexão em 2003, a partir da aprovação do Plano Nacional de Qualificação — PNQ, através do qual foram apontadas diretrizes que levaram a avanços conceituais significativos para a política pública de formação profissional.

Criado no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego para executar ações de qualificação social e profissional com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT⁽²⁾, o PNQ trata da qualificação como direito e como política pública transversal, priorizando os segmentos que encontram maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O Plano é concebido para se constituir em efetivo instrumento de intervenção para a redução das desigualdades e promoção de inclusão social. Nesse sentido, adota a concepção de qualificação profissional como construção social, em contraposição à ideia de processos individuais de aquisição de conhecimentos que atenderiam, exclusivamente, às exigências do mercado de trabalho.

A qualificação também não é mais pensada como uma ação educativa ou um processo educativo de caráter meramente técnico, mas sim como um direito de cidadania, através da ação de uma educação socialmente produtiva (GUTIÉRREZ, 1988), pautando-se na tríade trabalho-criatividade-práxis, incentivando a reflexão sobre os processos de construção das relações humanas e de trabalho.

Nessa concepção está presente o entendimento de que a educação não é pré-condição para a cidadania, mas sim seu fruto, sua expressão, um instrumento para reflexão das relações e construção de outros e reconstrução das mesmas, como afirma Arroyo (1996), bem como o reconhecimento de “que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social, [pois] somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania” (SEGNINI, 2001, p. 79).

Ao chamar a atenção para a relação educação, trabalho e desenvolvimento, “a qualificação passa a ser vista como um conjunto de políticas que se situam na fronteira do

(2) Instituído pela Lei n. 7.998/1990, que regulamentava o financiamento do Seguro-Desemprego, o FAT possibilitou a ampliação das ações de apoio aos trabalhadores desempregados, com a intermediação de mão de obra e a qualificação profissional sendo incorporadas às políticas públicas de emprego. Para o gerenciamento do Fundo foi criado um Conselho Deliberativo Tripartite — o CODEFAT, com representantes do governo, dos empregadores e dos trabalhadores, implicando em um permanente processo de concertação.

Trabalho e da Educação; intrinsecamente vinculadas a um projeto de desenvolvimento incluyente, distribuidor de renda e redutor das desigualdades regionais” (PNQ, 2003-2007, p. 27).

Sendo o objetivo geral do PNQ o de planejar, articular e financiar a execução de ações de qualificação, certificação e orientação profissionais, articuladas com as políticas de emprego, educação e desenvolvimento, preocupar-se com a construção, não apenas da qualificação real — técnicas e habilidades —, mas também da qualificação operatória — potencialidades subjetivas sociais — (HIRATA, 1994), torna possível gerar um projeto de desenvolvimento voltado para a melhoria do trabalho, centralizado nas premissas do “trabalho decente” da Organização Internacional do Trabalho — OIT.

A integração com as políticas de educação pressupõe a articulação entre educação básica — fundamental, média e de jovens e adultos — e educação profissional. Nesse sentido, é necessário que os programas de qualificação sejam permeados por princípios de uma educação de base, fazendo com que o Estado assuma vertentes das quais se distanciou, pensando na capacitação do ser humano sob as duas óticas até então apontadas: profissional e social (BRANDÃO, 1980)⁽³⁾.

Importante ressaltar que compreender esta articulação vai além da simples coesão organizacional educativa; abrange o reconhecimento da existência de um sistema de ações educacionais integradas que compreendem ser a educação profissional uma vertente da educação básica que procura fazer jus ao princípio de equidade⁽⁴⁾ existente em todas as políticas públicas desenvolvidas pela União, já que é prioridade atender aos cidadãos, todos, dentro de suas peculiaridades pessoais.

Tendo em vista o entendimento da qualificação como uma política de inclusão social, sua vinculação às políticas de desenvolvimento é fundamental para que não se transforme em ação de caráter meramente compensatório. Nesse sentido, o investimento em qualificação profissional articulado a projetos de desenvolvimento, sobretudo locais, possibilita o acesso das populações mais vulneráveis aos resultados do desenvolvimento.

Portanto, para integrar trabalho, educação e desenvolvimento, a política de qualificação deve ter efetividade social, atendendo a quem mais necessita — os desempregados e os grupos mais vulneráveis — no momento adequado. A garantia dessa efetividade se expressa na forma como o Plano Nacional de Qualificação — PNQ está estruturado.

Nesse sentido, o marco normativo da qualificação social e profissional, a Resolução n. 333/2003 do CODEFAT, a define como “aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas” (PNQ, 2003-2007, p. 24), e prevê a implementação do PNQ através de planos territoriais — PlanTeQs e programas especiais — ProEsQs. A esses instrumentos são acrescentados os planos setoriais — PlanSeQs⁽⁵⁾.

(3) Brandão (1980) entende que os cursos profissionalizantes – que englobam a formação de mão de obra operária e os cursos técnicos profissionalizantes — são uma categoria da educação popular.

(4) Princípio Constitucional, que prevê o tratamento desigual dos desiguais, dentro da proporcionalidade de suas desigualdades, alcançando, assim, uma proposta de equidade que respeita a diversidade humana.

(5) Através da Resolução do CODEFAT de n. 408/2004.



O PNQ fundamenta-se em seis dimensões: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional. Dentre elas destacam-se, para os objetivos deste trabalho, as dimensões política e conceitual. Nos termos da proposta do PNQ, a dimensão política se refere à compreensão da qualificação profissional como direito e espaço de negociação coletiva, constituindo-se em Política Pública inserida como elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento sustentável; na dimensão conceitual são destacadas noções como educação integral, participação social e gestão pública, empoderamento dos atores sociais, território como base de articulação do desenvolvimento local e reconhecimento dos saberes socialmente produzidos (PNQ, 2003-2007).

2. PREMISSAS NORTEADORAS

Às dimensões política e conceitual do PNQ foram agregadas as premissas norteadoras deste trabalho: bacia hidrográfica como unidade de planejamento territorial, tecnologia social como método e sustentabilidade socioambiental como pressuposto. Estas premissas constituem princípios que servem de base para a construção coletiva de caixa de ferramentas metodológicas para o PNQ.

2.1. BACIA HIDROGRÁFICA



Por ser a água um bem de domínio público e fundamental à vida humana, a Política Nacional de Recursos Hídricos⁽⁶⁾ estabelece como diretrizes gerais que sua implementação deva ser articulada aos planejamentos regional, estadual e nacional (art. 3º, inciso IV) e integrada à gestão ambiental (art. 3º, inciso III), bem como adequada às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões brasileiras (art. 3º, inciso II). Para tal foi aprovado o Plano Nacional de Recursos Hídricos⁽⁷⁾ que tem a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos no Brasil, sendo implementado pelo Sistema Nacional de Recursos Hídricos, que é constituído por níveis decisórios nacional, estadual e local, sempre delimitado pela bacia hidrográfica. Neste sentido, a bacia hidrográfica passa a ser o *locus* onde ocorrem as decisões e a participação das comunidades, refletindo sistemicamente os efeitos dessas decisões e participações — unificadora dos processos ambientais e das interferências humanas. A partir dela, o Plano Nacional de Recursos Hídricos estabeleceu 12 regiões hidrográficas: Amazônica; Costeira do Norte; Tocantins; Costeira do Nordeste Ocidental; Parnaíba; Costeira do Nordeste Oriental; São Francisco; Costeira do Leste; Costeira do Sudeste; Paraná; Uruguai; Região Hidrográfica Costeira do Sul; e Paraguai.

2.2. SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A sustentabilidade socioambiental pressupõe que as políticas e estratégias de desenvolvimento devem promover tanto a inclusão social como também o desenvolvi-

(6) Lei Federal n. 9.433/1997.

(7) Resolução CNRH n. 58/2006.

mento sustentável regional. Alia-se a sustentabilidade ambiental à sustentabilidade social e econômica ao contribuir na redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Os problemas socioambientais não são novos, recentemente passaram a integrar as agendas políticas com toda a sua complexidade. Quanto mais são estudados os principais problemas da atualidade, mais se percebe que não podem ser entendidos isoladamente, pois são sistêmicos, interligados e interdependentes (CAPRA, 1996). Portanto, quanto mais complexos e diversificados se tornam os problemas, mais impen-sáveis isoladamente eles se transformam (MORIN, 2000). As mudanças hoje em curso estão contidas em poucas décadas e têm um escopo global. A atividade econômica é tão extensiva que produz mudanças ambientais em escala global (GARDNER, 2001), conseqüentemente, ocorre a degradação da qualidade ambiental.

O conceito de qualidade ambiental está baseado na relação entre atividades humanas e o meio. Esta relação entre a velocidade das ações antrópicas e a resiliência do meio⁽⁸⁾ é a principal causa de perturbações na biosfera, alterando ecossistemas vitais e, recentemente, alterando o clima. A degradação da qualidade ambiental é produzida tanto pela expansão da pobreza quanto pelo acúmulo da riqueza (PEARCE, 1998). As questões ambientais se encontram diretamente relacionadas tanto com a superação da pobreza, por meio da satisfação das necessidades de alimentação, saúde e habitação, como com as mudanças nos padrões de produção e consumo (MULLER, 1997).

A sustentabilidade, como paradigma e esperança para a mitigação do impacto causado pela influência humana, vem se difundindo cada vez mais e é apresentada como resposta às preocupações mundiais relativas à questão ambiental e ao futuro do planeta. Novas práticas de desenvolvimento estão sendo mundialmente desenhadas e experimentadas. Há unanimidade em torno da busca de sua implementação, sem que haja um modelo definido de como isso deve ser alcançado. Como consequência, diversas são as abordagens: passam tanto pela discussão realizada sobre a incompatibilidade da economia neoclássica em incorporar os pressupostos e valores da sustentabilidade, como pela necessidade do uso de teorias econômicas diferenciadas para analisar a implementação de um desenvolvimento realmente sustentável (DALY; TOWNSEND, 1994; DALY; FARLEY, 2004). Outros questionam a iniquidade do atual padrão capitalista de desenvolvimento e sua inviabilidade como modelo a ser seguido em busca da sustentabilidade (O'CONNOR, 1997; GUIMARÃES, 1997). Esta linha de abordagem defende a necessidade de estratégias sociais e políticas baseadas na questão ética do desenvolvimento (SACHS, 2004; ACSELRAD, 2001).

Nesta perspectiva, os processos de desenvolvimento estão intimamente relacionados à cultura e às práticas territoriais e não podem ser avaliados isoladamente, só do ponto de vista ecológico, ou biológico, ou cultural, ou econômico, ou produtivo (MOORE, 1996). Portanto, as iniciativas sustentáveis podem estar deficientes na compreensão de situações e/ou necessidades específicas, quando transferidas para os países em desenvolvimento.

(8) Capacidade de voltar ao equilíbrio.

2.3. TECNOLOGIA SOCIAL

Os programas orientados à redução das desigualdades sociais no Brasil têm demonstrado capacidade limitada de estimular a melhoria das condições de vida das comunidades mais pobres de forma sustentada. Segundo a Rede de Tecnologia Social — RTS (2006), isso ocorre porque, na maioria das vezes, as ações e as políticas públicas elaboradas com a finalidade de redução das desigualdades sociais não conseguem ser emancipatórias. Promove-se a transferência de recursos aos mais pobres, mas não se garante a manutenção do seu nível de renda na ausência da política. Isso se dá quando as políticas públicas não conseguem gerar atividades produtivas que incluam de forma permanente a faixa da população beneficiada por elas. Não se gera trabalho, apenas renda, por isso não se propicia a desejada emancipação.

Esse cenário se deve, em grande parte, ao desenvolvimento e utilização da Tecnologia Convencional, que faz com que o aumento da produtividade do trabalho leve a um crescimento econômico sem necessidade de geração de empregos. Assim, questões que envolvem desenvolvimento econômico, premissas socioambientais e inclusão social passam também pela questão da tecnologia.

A premissa Tecnologia Social remete ao desafio de pensar e desenvolver tecnologias — tanto *hardware* (relativa ao artefato em si), *software* (relativa ao conhecimento) quanto *orgware* (relativo à forma de organização da produção tecnológica ou da produção de conhecimento) —, que incorporem, desde sua concepção até sua aplicação, a intencionalidade de inclusão social acompanhada de desenvolvimento sustentável.

A tecnologia social expressa, no plano conceitual, uma concepção de intervenção social que é inclusiva em todos os seus momentos. No plano material, ela é desenvolvida e difundida de acordo com as possibilidades e limitações de cada comunidade ou localidade que a aplique.

Consequentemente, a construção do conhecimento, o fazer ciência e tecnologia são ações participativas (RTS, 2006; DAGNINO, 2004). É na interação constante e indispensável entre os planos material e conceitual que a tecnologia social se desenvolve.

Cada tecnologia é definida coletivamente de acordo com o contexto em que ela é desenvolvida e por sua relação particular com a sociedade. Nesta perspectiva, tecnologia social compreende produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social (RTS, 2006).

Como método, necessita de um processo democrático-participativo, no qual a interação dos atores/agentes sociais envolvidos facilite o surgimento de soluções mais criativas e ajustadas a cada realidade. Deste modo, pretende-se reduzir as possibilidades da elaboração de projetos dissociados da realidade. A não participação dos envolvidos implicará, em grande parte, no pouco comprometimento com o território, na estagnação da transformação social e da emancipação humana.

Participar significa tomar parte no processo, emitir opinião. Em uma construção coletiva, deverá haver o envolvimento individual e permanente, considerando que a



participação é indivisível, devendo ocorrer em todas as etapas. A participação como um processo requer treino e, principalmente, mudança de comportamento e de atitude. A ocorrência do processo participativo somente se dará se for possível assegurar a problematização individual e livre de dominação ou opressão. É necessário haver transparência e acesso às informações para que ele se torne legítimo.

3. CAIXA DE FERRAMENTAS

A partir do objetivo do trabalho — concertação para a qualificação profissional — foram definidas premissas norteadoras que compõem a estrutura da Caixa que contém as Ferramentas.

Três são as ferramentas definidas, sendo três desenvolvidas no escopo deste trabalho. As ferramentas aqui tratadas são: DELIMITAÇÃO ESPACIAL, DELIMITAÇÃO SOCIAL e ESTRUTURAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.

Estas Ferramentas universais, reaplicáveis com legitimidade em diversos ambientes e situações, precisam ser desenvolvidas através de processos metodológicos dinâmicos que permitam uma retroalimentação e consolidem método e ferramenta como uma engrenagem interconectada.

3.1. ROTEIRO PARA REAPLICAÇÃO



Apresentamos a seguir o roteiro para reaplicação das ferramentas metodológicas ou instrumentos para subsidiar a qualificação profissional como um processo de desenvolvimento local sustentável.

Por que um roteiro de reaplicação e não de replicação das ferramentas? Replicação é uma cópia, isto é utilizar a mesma ferramenta e aplicá-la da mesma forma em locais diferentes, esperando os mesmos resultados. A reaplicação — conceito definido pela Rede de Tecnologia Social — pressupõe uma recriação das ferramentas a partir do momento em que elas estão sendo apropriadas, através da interação com as comunidades, organizações e parceiros locais.

A estrutura deste roteiro apresenta os procedimentos para reaplicação de cada ferramenta. No entanto, é importante ressaltar que este roteiro não deve ser utilizado como um receituário rígido. O processo de apropriação das ferramentas é dinâmico e desenvolvido para moldar-se às especificidades locais e de demanda de qualificação e do demandante, como poder público e sindicatos.

A reaplicação dessa metodologia pode ser antecedida por duas escolhas definidas pelo demandante: a delimitação espacial e/ou a atividade produtiva a ser trabalhada. Em função dessas escolhas, deve ser capacitada ou constituída uma equipe para a construção de diagnóstico, condução de atividades participativas e sistematização de informações. Essa equipe deve contar, no mínimo, com três integrantes, mas este número pode variar de acordo com especificidades tais como, dimensão do território, complexidade da atividade produtiva e disponibilidade de recursos humanos e materiais.

3.1.1. REAPLICAÇÃO DA FERRAMENTA 1

Uma característica dessa ferramenta é que seu ponto de partida depende diretamente do demandante. A ele cabe dar o primeiro passo para a replicação, cujo passo a passo é apresentado na Quadro 1:

Quadro 1: Roteiro de replicação da Ferramenta 1

Quem pode utilizar:	Demandante: Poder Público (federal, estadual e municipal), centrais sindicais, sindicatos e federações de empresários e de trabalhadores, conselhos setoriais e comissões de trabalho municipais e estaduais, organizações não governamentais, instituições privadas e instituições de ensino e pesquisa.
Como utilizar:	<p>Passo 1: realizar a escolha da área de trabalho.</p> <p>O processo de escolha da área de trabalho pode ocorrer partindo-se de diferentes recortes territoriais, tais como bacia hidrográfica, região, mesorregião, região metropolitana entre outros. Outra opção é a escolha da área a partir de um arco produtivo específico, tais como os arranjos produtivos locais.</p> <p>Agente: demandante.</p> <p>Exemplo: o caminho percorrido pela experiência deste trabalho foi escolher uma bacia hidrográfica e, a partir do diagnóstico dessa bacia, definir o arco produtivo a ser trabalhado. Nada impede, entretanto, que a delimitação espacial se dê a partir da escolha do arco produtivo, identificando-se as bacias hidrográficas compreendidas nesse território.</p> <p>Passo 2: adequar a área de trabalho selecionada à premissa bacia hidrográfica.</p> <p>Caso o recorte territorial escolhido não seja a unidade bacia hidrográfica, deve-se modular a área de trabalho à(s) bacia(s) correspondente(s).</p> <p>Agente: demandante e equipe técnica.</p> <p>Exemplo: no caso deste trabalho não houve a necessidade de modulação, uma vez que o recorte territorial foi a bacia hidrográfica do rio Paraná. Porém, caso a escolha recaísse sobre a Região Metropolitana de Campinas ou Região Metropolitana de Londrina, a dimensão espacial seria definida respectivamente pelas sub-bacias do rio Piracicaba ou rio Tibagi.</p> <p>Passo 3: definir localidade(s) para realização das atividades participativas.</p> <p>A escala espacial definida no passo 2 determina a necessidade de seleção das localidades onde serão desenvolvidas as atividades participativas. Os critérios para essa definição podem ser os mais variados: arco produtivo, população economicamente ativa, influência regional, consumo energético etc.</p> <p>Agente: demandante e equipe técnica.</p> <p>Exemplo: os critérios utilizados neste trabalho para a escolha das localidades foram: condição imposta pelo ProEsQ (localidades representativas de três Estados), influência regional, relevância do setor produtivo e localização em três importantes sub-bacias do rio Paraná.</p>
Materiais:	<p>Tipo: material de escritório em geral, computadores com acesso a internet e <i>softwares</i> para o levantamento, validação, sistematização e análise de informações.</p> <p>Exemplo: neste trabalho foram utilizadas diferentes fontes de informação provenientes de órgãos do governo federal, estadual e municipal, bibliografia especializada, consultoria técnica externa e reuniões técnicas.</p>
Duração provável:	Caso haja dedicação integral da equipe técnica, estima-se que a duração dessa fase seja de no máximo dois meses.

3.1.2. REAPLICAÇÃO DA FERRAMENTA 2

A replicação da Ferramenta 2, que define a dimensão social, é apresentada na Quadro 2 a seguir:

Quadro 2: Roteiro de reaplicação da Ferramenta 2

Quem pode utilizar:	Demandante: Poder Público (federal, estadual e municipal), centrais sindicais, sindicatos e federações de empresários e de trabalhadores, conselhos setoriais e comissões de trabalho municipais e estaduais, organizações não governamentais, instituições privadas e instituições de ensino e pesquisa.
Como utilizar:	<p>Passo 1: definir o arco produtivo e/ou atividade a serem trabalhados. A escolha do arco produtivo e/ou atividade a serem trabalhados é feita pelo demandante ou construída de forma participativa através da constituição de um fórum entre as comissões de trabalho das localidades-polo já definidas na Ferramenta 1. Agente: demandante ou fórum. Exemplo: no caso deste trabalho, a escolha da atividade foi realizada pela equipe técnica, pois o objetivo maior era construir uma metodologia a ser reaplicada em qualquer arco produtivo. Entretanto, essa decisão poderia ter sido tomada de forma participativa, envolvendo as comissões de trabalho do município de Campinas, Londrina e Poços de Caldas.</p> <p>Passo 2: realizar o fórum. A constituição deste espaço de discussão é uma tarefa da equipe técnica. Por meio de oficina participativa os representantes das comissões de trabalho definirão o arco produtivo e/ou atividade a serem trabalhadas. Agente: equipe técnica. Exemplo: a oficina participativa pode utilizar a ferramenta árvore de objetivos. Esta ferramenta permite aos participantes chegar ao objetivo principal e serve também para definir as alternativas para o trabalho.</p> <p>Passo 3: definir os agentes parceiros. Os representantes devem pertencer aos seguintes segmentos: Poder Público, setor empresarial, trabalhadores, sociedade civil organizada e comunidade técnico-científica. Agente: equipe técnica. Exemplo: o número de agentes parceiros pode variar em função das especificidades tanto da localidade quanto do arco produtivo e/ou atividade escolhida. Neste trabalho os representantes foram agrupados em três conjuntos amostrais definidos como representação do Poder Público, representação dos segmentos empresarial e dos trabalhadores, e representação da sociedade civil organizada, do segmento técnico-científico e dos órgãos colegiados.</p> <p>Passo 4: planejar atividades participativas. Após a definição dos agentes parceiros, a equipe técnica deve planejar o número de oficinas participativas, suas datas e locais prováveis de realização. Agente: equipe técnica. Exemplo: optou-se neste trabalho pela realização de uma oficina – composta por três módulos – em cada localidade, definindo-se o número ideal de 30 participantes por oficina.</p> <p>Passo 5: decidir as formas de abordagem. A abordagem dos agentes parceiros pode ser feita através de diferentes meios: envio de carta-convite; envio de correspondência eletrônica; contatos telefônicos e pessoais. Agente: equipe técnica. Exemplo: neste trabalho, estes meios foram combinados de forma direta e indireta. Durante a abordagem, novos parceiros foram incluídos por meio da técnica denominada “bola de neve” que é uma abordagem de agregação apoiada na rede de relações dos parceiros.</p> <p>Passo 6: definir as técnicas de condução das oficinas. A definição das técnicas de condução das oficinas participativas pode ser feita a partir da experiência de membros da equipe técnica, consulta a literatura especializada ou através de processo de capacitação. Agente: equipe técnica. Exemplo: a equipe que elaborou este trabalho definiu as técnicas de condução das oficinas com o auxílio de consultoria externa. Como resultado dessa capacitação foi criada uma adaptação da matriz FOFA para desenvolvimento do trabalho.</p>
Materiais:	Tipo: material de escritório em geral, linha telefônica, projetor LCD, computadores com acesso a internet e <i>softwares</i> . Exemplo: na oficina de capacitação da equipe técnica foram utilizados como material de apoio: microcomputador, <i>flip chart</i> , pincéis atômicos, fichas de cartolinas de cores diferentes, papel <i>kraft</i> , projetor LCD, fita crepe e crachás.

Duração provável:	Caso a definição do arco produtivo e/ou atividade a serem trabalhados ocorra pelo demandante, estima-se que a duração dessa fase seja de no máximo um mês. Na hipótese de realização de processo participativo para a definição da atividade, calcula-se que sejam necessários três meses.
--------------------------	--

3.1.3. REAPLICAÇÃO DA FERRAMENTA 3

Os passos apresentados na Quadro 3 se referem aos procedimentos prévios que devem ser adotados pela equipe técnica.

Quadro 3: Roteiro de reaplicação da Ferramenta 3

Quem pode utilizar:	Demandante: Poder Público (federal, estadual e municipal), centrais sindicais, sindicatos e federações de empresários e de trabalhadores, conselhos setoriais e comissões de trabalho municipais e estaduais, organizações não governamentais, instituições privadas e instituições de ensino e pesquisa.
Como utilizar:	<p>Passo 1: confirmação do local de realização da oficina participativa. Agente: equipe técnica.</p> <p>Passo 2: definição da logística da equipe técnica. Caso as atividades sejam desenvolvidas em localidades diferentes é importante planejar a forma de deslocamento e eventuais necessidades de hospedagem da equipe técnica responsável pela condução da oficina. Agente: equipe técnica. Exemplo: para a realização deste trabalho, além do deslocamento da equipe houve necessidade de providenciar hospedagem em duas das três cidades selecionadas.</p> <p>Passo 3: confirmação de presença dos agentes participantes. Realizar contato telefônico e envio de mensagens eletrônicas para confirmação de presença. Este contato deve respeitar o limite máximo de duas semanas e mínimo de cinco dias antes da oficina. Agente: equipe técnica.</p> <p>Passo 4: definir infraestrutura para realização das atividades participativas. Definido o número de participantes, preparar material necessário, equipamentos e <i>coffee breaks</i>. Agente: equipe técnica.</p> <p>Passo 5: realizar lista de verificação de materiais e equipamentos. Um dia antes da realização da oficina, dever ser feita a lista de verificação de materiais e equipamentos necessários para a realização das atividades. Agente: equipe técnica.</p>
Materiais:	Tipo: material de escritório em geral, linha telefônica, projetor LCD, computadores com acesso a internet e <i>softwares</i> , <i>flip chart</i> , pincéis atômicos, fichas de cartolinas de cores diferentes, papel <i>kraft</i> , fita crepe e crachás.
Duração provável:	O tempo necessário para a reaplicação desta ferramenta depende do número de oficinas a ser realizado e do intervalo entre elas.

A reaplicação da Ferramenta 3 é um processo complexo e diretamente relacionado à interação da equipe técnica com os agentes sociais locais selecionados.

O acesso às informações sobre a cadeia produtiva em discussão e concertação é condição fundamental para um processo de tomada de decisões. Nesse sentido, a organização coletiva e participativa de um Banco de Informações para Qualificação Profissional de determinada cadeia produtiva é essencial. O desafio de como construí-lo e validá-lo coletivamente é objeto da Ferramenta 3 proposta. Ela visa, então, à estruturação (coletiva

e participativa) de um Banco de Informações para Qualificação Profissional a partir do diagnóstico das potencialidades e vulnerabilidades do arco produtivo escolhido. No caso desse estudo, foi selecionado o arco produtivo turismo, na perspectiva da cadeia produtora de hospitalidade, com ênfase nos meios de hospedagem.

O método proposto para implementação deste instrumento é baseado a partir de uma adaptação da matriz Fortaleza, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça — FOFA, a ser estruturada em Oficina Participativa construída em três módulos. Os dois primeiros módulos deverão ser imediatamente sequenciais. Devendo o último módulo ser realizado após a consolidação do material obtido nos anteriores. O módulo I deve realizar um diagnóstico participativo para cada município sobre o tema escolhido. No caso deste estudo: hospedagem. O módulo II tem intenção de identificar quais os dados que deverão compor o Banco de Informações e onde buscá-los para consubstanciar o diagnóstico. No módulo III, uma proposta de estruturação do Banco de Informações, a partir do material reunido nas atividades desenvolvidas nos módulos I e II deve ser submetida à validação dos agentes sociais participantes do processo. Nesse processo há, ainda, uma etapa final, de ratificação da proposta final, que deverá ocorrer através de um seminário, encontro ou reunião participativa com todos os agentes parceiros.

3.1.3.1. Módulo I

O módulo I baseia-se na utilização da matriz FOFA para a realização de diagnóstico participativo sobre o tema. Registre-se que a matriz FOFA pode e deve ser adaptada à situação em que será aplicada, visando melhor adequação à ação prevista e resultados esperados.

Em específico para o Estudo de Caso em tela, durante a idealização do módulo I foi necessário adaptar a FOFA para a utilização na oficina participativa. Nesta adaptação consideraram-se apenas os aspectos *potencialidade* (Força + Oportunidade) e *vulnerabilidade* (Fraqueza + Ameaça), uma vez que a definição dos cenários em função da governabilidade se mostrou inadequada para o conjunto de participantes que atendeu ao convite, por terem, em conjunto, governabilidade sobre todas as vulnerabilidades e potencialidades diagnosticadas. Outra adaptação foi a utilização da sistematização por tipo de ambiente: Interno, representando as ações internas à atividade produtiva; e Externo, representando as ações externas à atividade produtiva.

Definido o instrumento de trabalho pela equipe técnica, o módulo I foi desenhado conforme os momentos especificados no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4. Momentos do Módulo I e suas atividades

Momentos do Módulo I	Atividade
Momento 1:	Realização de dinâmica de grupo através da utilização da técnica da apresentação cruzada.
Momento 2:	Apresentação do trabalho pela equipe técnica através de apresentação visual em PowerPoint.
Momento 3:	Construção coletiva do contrato de convivência para trabalho em grupo (regras para uso de celular, intervalos, início e término das atividades etc.).
Momento 4:	Divisão dos participantes em grupos com pelo menos um integrante de cada conjunto amostral.
Momento 5:	Provocação dos participantes com a apresentação de um esquema simplificado da cadeia produtiva.
Momento 6:	Discussão em grupo para identificar potencialidades e vulnerabilidades do setor produtivo, traduzindo-as em fichas-ideia com cores diferenciadas.
Momento 7:	Sistematização, pela equipe técnica, das fichas-ideia produzidas, agrupando-as por afinidade de conteúdo e em função da referência ao ambiente interno ou externo.
Momento 8:	Organização de painel com as fichas-ideia sistematizadas pela equipe técnica.
Momento 9:	Validação ⁽⁹⁾ das fichas-ideia e painel em discussão coletiva.

3.1.3.2. Módulo II

O módulo II deve identificar os dados necessários para um Banco de Informações que possibilite a construção de proposta de qualificação com base nas premissas conceituais adotadas. Na sequência, a equipe técnica que estiver apoiando o desenvolvimento da ação deverá avaliar o material obtido com vistas a identificar quais deles serão necessários para atender a cada indicador proposto no diagnóstico realizado no módulo II.

No estudo de caso desenvolvido, após o fechamento do módulo I, a equipe técnica avaliou o material obtido para identificar quais dados seriam necessários para atender a cada indicador proposto no diagnóstico expedido, de modo a consubstanciar as potencialidades e superar as vulnerabilidades. Esta avaliação permitiu que a equipe técnica, não especialista no tema tratado, pudesse coordenar os trabalhos do módulo II para obtenção dos itens relevantes a compor o Banco de Informações sobre Qualificação Profissional. Este processo de discussão e reflexão coletiva serviu como momento de revisão das informações apresentadas no módulo anterior. O módulo II foi estruturado de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5: Momentos do Módulo II e suas atividades

Momentos do Módulo II	Atividade
Momento 1:	Apresentação da proposta de atividade do dia pela equipe técnica.
Momento 2:	Ratificação do contrato de convivência.
Momento 3:	Discussão coletiva para o desdobramento das fichas-ideia em fichas-informação.
Momento 4:	Constituição de novo painel.

3.1.3.3. Módulo III

O módulo III deve ter um espaçamento entre a realização das atividades dos módulos I e II para que a equipe técnica possa sistematizar toda a informação obtida e organizar

(9) O processo de validação ocorreu através da confirmação dos conteúdos das fichas-ideia, revisão da sua redação, supressão de fichas em casos de duplicidade e/ou ausência de acordo coletivo, e readequação das fichas nas temáticas e ambientes.

uma proposta de estrutura de Banco de Informações a ser validada nas reuniões do módulo III. Esta etapa tem os seguintes passos: (i) identificação das temáticas que reúnam conteúdos em um corpo único e validação das mesmas, considerando as premissas norteadoras da ação e expressas em uma matriz teórica, (ii) enquadramento das informações obtidas nas temáticas, (iii) organização das perguntas dentro das temáticas, reagrupando-as por temas, (iv) definição de conteúdos mínimos por temas, como forma de referenciar as informações para a estrutura do Banco, (v) análise e validação da proposta de estrutura de Banco de Informações para Qualificação Profissional, com os agentes sociais parceiros.

No estudo de caso, o espaçamento entre os módulos II e III foi necessário, para que a equipe técnica pudesse sistematizar toda a informação obtida nos três municípios e organizar uma proposta de estrutura de Banco de Informações a ser validada nas reuniões do módulo III.

O primeiro passo do processo de sistematização foi a identificação de temáticas que reunisse os conteúdos de cada município em um corpo único. As temáticas identificadas foram:

- Política: compreende programas, planos, projetos e ações tanto públicos como privados;
- Infraestrutura: ferramentas que representam tudo que é construído para o funcionamento do setor produtivo;
- Espaço: atributos naturais do território;
- Educação/Qualificação⁽¹⁰⁾: como construção social do conhecimento;
- Trabalho: conjunto das atividades humanas produtivas.

A validação destas temáticas se deu através de sua relação com as premissas norteadoras deste trabalho, que foi expressa em uma Matriz Teórica (Quadro 6).

Quadro 6: Matriz teórica

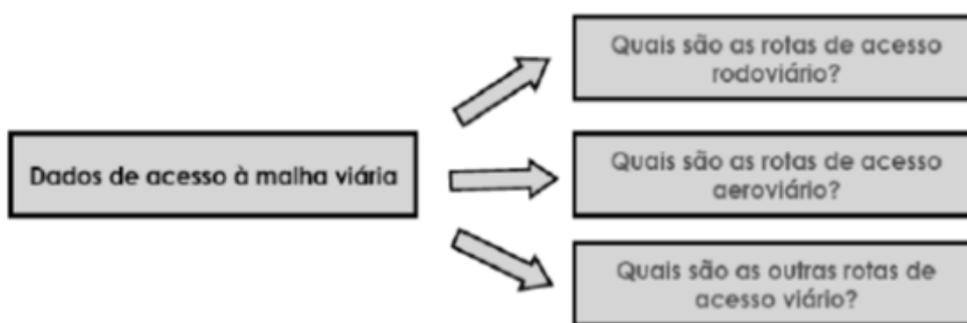
Temática	Premissas		
	Sustentabilidade Socioambiental	Bacia Hidrográfica (Território)	Tecnologia Social
Política	Desenvolvimento	Sociodiversidade	Participação
Infraestrutura	Tecnologia ecoeficiente	Acessibilidade	Reaplicação
Espaço	Biocomplexidade	Territorialidade	Apropriação
Educação	Cidadania	Conhecimento	Construção coletiva
Trabalho	Trabalho decente	Redes Técnicas	Inclusão

(10) O Ministério do Trabalho e Emprego (LIMA, 2005, p. 10-11) define: Educação como “processo sistematizado de aquisição de conhecimentos gerais e específicos que pressupõe a existência de um conjunto de relações entre os agentes sociais da educação, relativas à apropriação, significado e uso do conhecimento construído pela humanidade”; e Qualificação como “relação social construída pela interação dos agentes sociais do trabalho em torno da propriedade, significado e uso do conhecimento construído no e pelo trabalho”.

No segundo passo da sistematização ocorreu o enquadramento das informações obtidas em cada município nas temáticas. Ao realizar esse enquadramento observou-se que a maioria das fichas-informação apresentava conteúdos que poderiam ser desdobrados. Desta forma, elas foram desdobradas em perguntas correspondentes aos diferentes conteúdos.

A Figura 1 apresenta um exemplo desse procedimento, que foi apresentado para os agentes parceiros no início da última etapa da Oficina Participativa.

Figura 1: Desdobramento das fichas-informação



Organizadas as perguntas dentro das temáticas, foi realizado um reagrupamento por temas (Quadro 7).

Quadro 7: Temáticas e temas para a sistematização

Temáticas	Temas
Política	Planos
	Estudos
	Estrutura Institucional
	Programas, projetos e ações
	Normas e regulamentos
	Orçamento público
	Dados socioeconômicos
Infraestrutura	Transporte
	Rede hoteleira
	Pontos turísticos do patrimônio construído
	Informação turística
	Serviços
	Potencialidades locais
Espaço	Pontos turísticos do patrimônio natural
	Fontes de contaminação

Espaço	Clima
	Áreas verdes
	Recursos hídricos
	Potencialidades locais
Educação/Qualificação	Educação ambiental
	Instituições de ensino
	Demandas de qualificação
	Investimento
	Currículo
Trabalho	Emprego
	Ocupação
	Empregabilidade
	Sistema de emprego local
	Potencialidades locais

Finalmente, conteúdos mínimos foram definidos para cada tema, como forma de referenciar as informações para a estrutura do Banco.

O módulo III foi estruturado (Quadro 8) para que os agentes parceiros analisassem e validassem a proposta de estrutura de Banco de Informações para Qualificação Profissional.

Quadro 8: Momentos do Módulo III e suas atividades

Momentos do Módulo III	Atividade
Momento 1:	Apresentação do trabalho de sistematização feito pela equipe técnica através de apresentação visual em PowerPoint.
Momento 2:	Ratificação do contrato de convivência para trabalho em grupo (regras para uso de celular, intervalos, início e término das atividades etc.).
Momento 3:	Discussão e validação, em plenária, das temáticas da estrutura de banco proposta.
Momento 4:	Discussão, em plenária, dos temas e conteúdos de cada temática..
Momento 5:	Validação da estrutura com alterações consensuadas entre os participantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O objetivo proposto neste trabalho, de criar instrumentos ou ferramentas para subsidiar a qualificação profissional como um processo de desenvolvimento sustentável, foi alcançado com a inserção das premissas que estruturam e qualificam as ferramentas metodológicas.

A adoção da premissa bacia hidrográfica, como o local onde ocorrem as decisões e a participação das comunidades, proporciona a materialização do conceito de território,



entendido como indissociação entre processos ambientais e intervenções humanas. A ausência da adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento em outras políticas públicas dificultou a percepção do seu caráter integrador pelos agentes envolvidos. No caso do presente trabalho, esta dificuldade foi potencializada em função do rio Paraná não ser considerado um rio integrador, a exemplo de rios como o São Francisco e o Amazonas. Por outro lado, o trabalho evidenciou a pertinência da utilização desta unidade para a percepção do território.

Essa ausência se deve em grande parte ao próprio caráter conservador do processo de planejamento público executado no Brasil (COSTA; DAGNINO, 2008). Processo esse pautado em princípios tradicionais que desconsideram a lógica complexa que está por trás de se pensar um município como parte indissociável de um dado território. Nesse sentido, recomenda-se às equipes que venham a reaplicar essas ferramentas em outras localidades, além de uma análise sociopolítica delas, uma formação prévia com os agentes envolvidos a respeito da importância de se incorporar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento no processo de elaboração de algumas políticas públicas.

A inclusão dos processos ambientais, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental, possibilita que decisões locais de qualificação apresentem a preocupação com a inclusão social atrelada à conscientização da necessidade de se repensar os padrões de produção e consumo dominantes.



Esta proposta de qualificação passa por um processo democrático participativo de apropriação do conhecimento e do território. Para tanto, a tecnologia social propõe a participação dos agentes locais na identificação de soluções mais ajustadas a cada realidade, permitindo reaplicação e efetiva transformação social.

A dificuldade encontrada no processo participativo diz respeito aos diferentes níveis de comparecimento dos segmentos sociais representados nos três conjuntos amostrais. O conjunto amostral governo apresentou um bom índice de participação nas três cidades. Isto pode ser justificado por se tratar de uma demanda do próprio Poder Público, e pelo fato dos gestores públicos visualizarem no processo participativo a possibilidade de dividir responsabilidades no desenvolvimento e aprimoramento de uma política pública.

O conjunto amostral representação social apresentou índice de comparecimento regular, que pode ser consequência de dois motivos: a dificuldade de se estabelecer relações entre os interesses institucionais e pessoais com os objetivos do projeto; e o fato de os órgãos colegiados serem estruturas recentes e com níveis de atuação diferenciados em cada localidade. Além disso, durante a oficina foi identificada a existência de participantes com dupla atuação, porém representando apenas uma instituição. Como exemplo pode-se mencionar representantes de governo e da sociedade civil organizada que são membros de conselhos municipais.

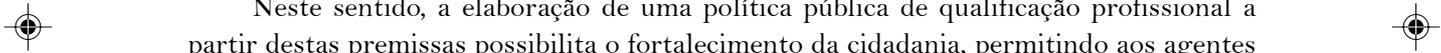
O baixo comparecimento apresentado pelo conjunto amostral trabalhadores & empresários pode ter se dado em função do conflito entre os interesses do conjunto amostral e os objetivos do trabalho. Um visa ao atendimento imediato de demandas específicas por cursos de qualificação, enquanto o outro consiste na construção de



ferramentas que servem de subsídio para o desenvolvimento de qualquer processo de qualificação. Dificuldades com relação ao comparecimento dos diferentes segmentos nas oficinas participativas são inevitáveis e, em função da ausência de cultura participativa (BAQUERO, 2003), fogem da governabilidade da equipe que aplica e reaplica a metodologia. Entretanto, elas podem ser minimizadas no momento de identificação dos agentes a serem envolvidos, apontando-se como sugestão a maior utilização da técnica “bola de neve”, o que demanda melhor programação do tempo necessário para o procedimento de abordagem (direta ou indireta).

A adoção das premissas e a superação das suas dificuldades durante o processo de construção e reaplicação das ferramentas permitem o investimento em qualificação profissional articulado a projetos de desenvolvimento, sobretudo locais, que possibilita a maior participação da população nos resultados do desenvolvimento.

Diante de todos estes fatores é certo que a Caixa de Ferramentas agrega diferencial às metodologias já existentes, trazendo consigo, além de premissas de trabalho diferenciadas, a possibilidade de fortalecimento de diálogo substantivo entre a sociedade civil, o Estado, o setor produtivo e os trabalhadores. Como recomendação para reaplicação da metodologia desenvolvida neste trabalho, sugere-se que ela seja incorporada nos processos de elaboração de políticas públicas, especialmente por parte das comissões municipais e estaduais de emprego para identificação de demandas de qualificação profissional.



Neste sentido, a elaboração de uma política pública de qualificação profissional a partir destas premissas possibilita o fortalecimento da cidadania, permitindo aos agentes repensar quem sou, onde estou e o que posso fazer dentro de uma dinâmica em que a realidade local é privilegiada e os agentes participam ativamente do processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel González; NOSELLA, Paolo. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 1996.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. In: *Revista de Sociologia Política*, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da educação fundamental ao fundamental da educação. In: *Caderno do CEDES*, São Paulo: Cortez/CEDES, ano I, n. 1, 1980.
- BRASIL. *Lei n. 9.433/1997*. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm> Acesso em: 27.7.2010.
- _____. *Lei n. 7.998/1990*. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm> Acesso em: 27.7.2010.

_____. *Plano Nacional de Qualificação — PNQ. Resolução n. 333, CODEFAT*. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2003-2007.

_____. *Resolução n. 408, CODEFAT*. Brasília: MTE/SPPE/DEQ, 2004.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTANHO, Maria Eugênia de Lima e Montes. Professores e inovações. In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia de Lima e Montes (orgs.). *O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora*. Campinas: Papirus, 2000. (Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico).

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. *Gestão estratégia em políticas públicas*. Campinas: T+8, 2008.

DAGNINO, Renato. *A tecnologia social e seus desafios. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2004.

DALY, Herman E.; FARLEY, Joshua. *Ecological economics: principles and applications*. Washington: Island, 2004.

DALY, Herman E.; TOWNSEND, Kenneth. N. (eds.). *Valuing the earth: economics, ecology, ethics*. Massachusetts: Institute of Technology — MIT, 1994.

FERIOTTI, Maria de Lourdes. Colcha de retalhos: costurando diferenças e tecendo cidadania. In: PÁDUA, Elisabete M. Marchesini de; MAGALHÃES, Lílian Vieira. *Casos, memórias e vivências em terapia ocupacional*. Campinas: Papirus, 2005.

GARDNER, G. Acelerando a mudança para a sustentabilidade. In: *Relatório do Worldwatch Institute Report — O Estado do Mundo*. Salvador: Uma, p. 206-225, 2001.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. (orgs.). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GUTIÉRREZ, Francisco. *Educação como práxis política*. São Paulo: Summus, 1988.

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, J. C. (org.). *Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

LIMA, Antônio Almerico Biondi. *Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas*. Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

MOORE, Donald S. Marxism. Culture and political ecology: environmental struggles. liberation ecologies — environment, development and social movements. In: PEET, R.; WATTS, M. (eds.). *Zimbabwe's eastern highlands*. New York: Routledge, 1996.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita. Repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MULLER, Charles C. Problemas ambientais de um estilo de desenvolvimento: a degradação da pobreza no Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*, Unicamp, n. 1, 1997.

O'CONNOR, James. *Is sustainable capitalism possible? Is capitalism sustainable? — political economy and the politics of eco*. New York: Guilfor, 1997.

PEARCE, David W. Economics, equity and sustainable development. *Futures*, 20(6), p. 598-605, 1988.

PNRH. *Resolução CNRH n. 58/2006. Plano Nacional de Recursos Hídricos*. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. Brasília: MMA, 2006.



REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL (RTS), *Registro do 1º Fórum Nacional da RTS*. Brasília: Abipti, 2006. Disponível em: <http://www.rts.org.br/publicacoes/arquivos/16abr2007_rts_anais_final.pdf> Acessado em: 27.7.2010.

SACHS, Ignace. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. *São Paulo em Perspectiva*, n. 14, 2º sem. 2001.

Recebido em: 16 de novembro de 2009.

Aceito em: 3 de maio de 2010.